



DIPLOMACIA

Itamaraty articula com Venezuela, Colômbia e México uma videoconferência entre os quatro chefes de Estado, que deve ocorrer nesta semana, para cobrar de Maduro as atas eleitorais e o fim da repressão. Lula também deve ligar para González Urrutia

Negociação para conter a crise venezuelana

» INGRID SOARES
» VICTOR CORREIA

Apesar da pressão externa para que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tome uma posição incisiva a respeito das eleições na Venezuela, a chancelaria brasileira busca uma negociação entre o presidente do país vizinho, Nicolás Maduro, e a oposição, na figura do candidato Edmundo González Urrutia. O Itamaraty articula com os governos da Venezuela, da Colômbia e do México uma ligação entre os quatro chefes de Estado, que deve ocorrer nesta semana.

Na chamada, Maduro deve ouvir novas cobranças pela divulgação das atas eleitorais e um apelo para conter a violência no país. Lula também deve ligar para González Urrutia, em outro momento, com o objetivo de defender os mesmos pontos.

A negociação é liderada pelo ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, que acompanhou Lula em sua agenda de dois dias em Santiago, no Chile. O chanceler desembarcou em Brasília na noite de ontem, enquanto ficou em São Paulo.

O pedido de conversa partiu do próprio Maduro, na semana passada. Porém Lula não aceitou — ele enfrentava forte repercussão negativa após dizer, dias antes, que não havia “nada de anormal” no pleito venezuelano.

Diplomatas ouvidos pelo **Correio** rebaixaram críticas feitas à posição do Brasil, como a carta enviada a Lula, na segunda-feira, por 30 ex-presidentes da América Latina e da Espanha. Nomes como Mauricio Macri (Argentina), Carlos Mesa (Bolívia), Juan Carlos Wasmosy (Paraguai) e Guillermo Lasso (Equador) acusaram Maduro de fraude e “exortaram” o chefe de Estado brasileiro a fazer valer a democracia no país vizinho.

“O que está acontecendo é um escândalo. Todos os governos americanos e europeus sabem disso. Admitir tal precedente ferirá mortalmente os esforços que continuam a ser feitos com tanto sacrifício nas Américas para defender a tríade da democracia, do Estado e dos direitos humanos. Não exigimos nada diferente do que o próprio presidente

Ricardo Stuckert / PR



Lula com o presidente chileno, Gabriel Boric, no lançamento da pedra fundamental do Centro Espacial Nacional, em Santiago

Lula da Silva preserva em seu país”, diz um trecho da carta.

Segundo um integrante do alto escalão do Itamaraty, sob reserva, o documento demonstra que os ex-presidentes desconhecem as ações da chancelaria e do próprio Lula na crise, tomadas nos bastidores. Para ele, desde o dia seguinte à eleição, o chefe do Executivo brasileiro está fazendo exatamente o que o texto pede.

“Chegaram com uma semana de atraso, porque só têm informação de jornal”, disse o diplomata. A postura da chancelaria é de cautela, embora a demora na divulgação das atas aumente a suspeita sobre o resultado. A orientação é cobrar as atas e manter aberto o canal de diálogo. “O resto pode esperar”, acrescentou. Outro interlocutor acredita que a carta já está alinhada com o

que o governo brasileiro defende: a divulgação dos votos.

Na noite de segunda-feira, o Conselho Nacional Eleitoral (CNE), responsável pelas eleições, anunciou a entrega dos boletins ao Tribunal Supremo de Justiça, que fará uma auditoria dos votos, com a presença tanto do governo quanto da oposição. A Corte, porém, é alinhada com Maduro, e o processo deve durar, pelo menos, 15 dias. O Itamaraty e a comunidade internacional pedem que os documentos sejam tornados públicos e verificados por outros atores.

Crítica por líderes, a postura brasileira recebeu mais um aval ontem. Mauro Vieira conversou por telefone com o chanceler espanhol, José Manuel Albares, sobre os últimos acontecimentos na Venezuela. Em nota, os dois concordaram que é preciso ter os dados

desagregados da votação para reconhecer ou não o pleito. Outras nações europeias, como França, Alemanha e Itália, também adotam cautela.

“Nada muda”

Para especialistas da área internacional, Lula não cortaria relações diplomáticas com a Venezuela em caso de comprovação de fraude nas eleições. Isso porque o país tem interesses em comum, como na compra de energia e na expansão do comércio, que poderiam ser impactadas.

“O Brasil possui interesses na Venezuela por conta da estabilidade política e econômica para fortalecer a integração regional e bilateral e também por fatores que passam tanto por reduzir o número de refugiados quanto por expandir o comércio,

receber a dívida não paga pela Venezuela e combater os crimes transnacionais. No cenário de hoje, tudo indica que nada vai mudar, e o Maduro vai continuar como presidente”, observou o presidente do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Irice) e ex-embaixador do Brasil em Londres e em Washington, Rubens Barbosa.

Por sua vez, o diplomata e professor Paulo Roberto de Almeida destacou o que chamou de “diplomacia personalista” do chefe do Planalto. “Lula continuará a ser leniente com a ditadura chavista até que Maduro ou a Corte local apresentem ‘atas eleitorais’ que Lula vai considerar ‘aceitáveis’”. O petista não rechaçou o resultado junto aos demais países porque queria proteger Maduro e queria ser exclusivo, e não parte de um grupo de outros dirigentes latino-americanos”, avaliou.

Memória

Reaproximação

Com a volta do PT ao governo, em 2023, as relações entre Brasil e Venezuela foram retomadas. Nos anos de gestão Jair Bolsonaro, o Itamaraty reconheceu Juan Guaidó como presidente legítimo da Venezuela e rompeu relações com o chavismo.

Na mudança de governo, a diplomacia brasileira trabalhou para reaproximação com Nicolás Maduro e restabelecer relações, com o argumento de que empresas nacionais tinham dívidas de US\$ 1,27 bilhão com a ditadura chavista. O Brasil enviou a Caracas a embaixadora Glivânia Maria de Oliveira e recebeu em Brasília o embaixador Manuel Vadell.

Nos primeiros meses de governo, Lula também hipotecou apoio diplomático e político a Maduro, recebendo com honras de chefe de Estado em maio de 2023, durante cúpula para relançar a União de Nações Sul-Americanas (Unasul).

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

O semipresidencialismo está em todas as cabeças

Presidente do Conselho Científico do Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (Ipespe), o cientista político e professor Antonio Lavareda, em artigo publicado, ontem, no jornal *O Globo* (É preciso mudar a política. Mas como?), fez um alerta sobre a disfuncionalidade do nosso sistema político. “As disfuncionalidades do nosso sistema político são variadas. Por ora, foquemos, de um lado, no ‘presidencialismo esgotado’; de outro, na ‘representação sem fidedignidade’”.

No primeiro caso, Lavareda chama a atenção para o que classificou de “sinistralidade” do nosso presidencialismo, com destaque para o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, e a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, antes do golpe de 1964; e os impeachments de Fernando Collor de Mello, em 1992, e Dilma Rousseff, em 2016. Para o cientista político, é inevitável o avanço em direção ao sistema misto, o chamado semipresidencialismo, tendo como modelo o francês ou português.

No francês, o maior protagonismo é do presidente da República, como nos mostra Emmanuel Macron; no português, o primeiro-ministro rouba a

cena, mesmo quando o governo é uma “geringonça”, como fez Antonio Costa, ao formar a coalizão de esquerda Partido Socialista (PS), Bloco de Esquerda (BE), Partido Comunista Português (PCP) e Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV). O objetivo principal da geringonça era um governo estável, para implementar políticas de esquerda e combater a austeridade.

Falar em semipresidencialismo é palavrão no Palácio do Planalto, mas no Congresso só se pensa nisso. A captura do Orçamento da União por meio das emendas parlamentares impositivas é um processo irreversível. Mesmo os parlamentares do PT não desejam que a execução das emendas volte ao arbítrio do Executivo. Entretanto, essa situação criou uma anomalia, porque o Congresso abocanha parte considerável dos recursos para investimentos sem nenhum compromisso com o resultado das políticas públicas. É a volta do clientelismo mais primário, com o argumento de que os deputados é que sabem o que os cidadãos desejam.

Está escrito nas estrelas: na primeira crise institucional séria, o semipresi-

dencialismo virá a galope, como alternativa a um novo processo de impeachment. A gravidade da crise determinaria se o modelo será francês ou português. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva poderia ser protagonista de uma reforma política sem crise institucional, que optasse por esse modelo, em vez de tentar reverter o “semipresidencialismo irresponsável” vigente, não tem força suficiente para isso.

Descolamento

O status quo da relação entre o Executivo e o Legislativo leva a outra situação que Lavareda aponta em seu artigo: a “representação sem fidedignidade”. Traduzindo, a maioria dos eleitores não lembra em quem votou para o parlamento. “Em setembro de 2023, menos de um ano depois da eleição dos atuais deputados federais, questionados pelo Ipec se lembravam o nome daquele/a em quem haviam votado, apenas 29% disseram que sim”.

Esse fenômeno não é novo. Quando debatido, acaba associado ao sistema de votação proporcional, que é

confrontado com a proposta de voto distrital ou misto, que faria, em tese, com que houvesse mais identificação e confiança entre os eleitores e seus representantes. Ocorre que os deputados eleitos por esse sistema (senadores são escolhidos por voto majoritário) não querem nem saber dessa discussão, porque já conhecem o caminho das pedras e não pretendem arriscar a reeleição como quem pula numa piscina sem saber se tem água dentro.

É um círculo vicioso: esse descolamento entre o eleitor e seu representante cria uma situação de volatilidade política, que resultou em grandes renovações nos parlamentos. Em vários momentos. A maior ocorreu em 2018, no tsunami eleitoral que também levou Jair Bolsonaro à Presidência. As emendas impositivas e o chamado “orçamento secreto” são a resposta ao imponderável nas eleições proporcionais, na medida em que criam grande disparidade de armas entre quem tem mandato e quem não tem, exatamente para perpetuar a elite política.

A outra face dessa moeda é a compra de votos, aberta ou velada, com recursos de caixa dois, que continua existindo, apesar do financiamento público de campanha. O total das emendas parlamentares ao Orçamento chegará a R\$ 52 bilhões em 2024. Os parlamentares podem fazer emendas de comissões, individuais e de bancadas estaduais. Cada parlamentar pode apresentar até 25 emendas, num montante que pode chegar a R\$ 62 milhões. Soma-se a isso as verbas de gabinetes, dezenas de assessores e os recursos do fundo eleitoral. É uma blindagem contra a renovação política.

Essa situação, porém, fortalece as tendências antissistema, “contra tudo o que está aí”. É o caldo de cultura do “transformismo” político em curso no país, no qual as forças de extrema-direita começam a capturar o centro político, de baixo para cima. Apesar do fortalecimento do poder pessoal, a elite política se descola dos interesses de origem e aprofunda a crise de identidade e de representação dos partidos. Quem entra em risco é a democracia.